



Ministério da Educação
Universidade Federal do Triângulo Mineiro

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 28/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SEGUROS DE ACIDENTES PESSOAIS

PROCESSO N° 23085.013883/2022-44 ORGÃO GERENCIADOR: UFTM – UASG: 153035 Tipo de Licitação: Menor preço		Publicação do Edital: 18/09/2023 Abertura da sessão de lances: às 09h00min do dia 29/09/2023. Informações: Av. Frei Paulino, nº 30 – Prédio da Reitoria - 2º Andar - Bairro Abadia - Uberaba (MG) - CEP 38.025-180. Fone: (34) 3700-6078 / 6079 / 6080 / 6081 / 6082 / 6083. Endereço Eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br.	
SRP? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	Exclusiva ME/EPP? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Reserva de cota ME/EPP? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	Decreto 7.174? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Exige amostra? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	Instrumento Contratual: <input checked="" type="checkbox"/> Contrato <input type="checkbox"/> Nota de Empenho	Vistoria: <input type="checkbox"/> Obrigatória <input type="checkbox"/> Facultativa <input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica	Margem de preferência? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Pedidos de esclarecimentos Até 26/09/2023 pelo e-mail bruna.oliveira@uftm.edu.br		Impugnações Até 26/09/2023 pelo e-mail bruna.oliveira@uftm.edu.br	
Prazo para envio da proposta/documentação habilitatória: Até às 08h59 de 29/09/2023			
Documentação de habilitação: (Veja item 9 do edital)			
Requisitos básicos 1. Sicafe ou documentos equivalentes 2. Consulta consolidada TCU (Licitantes Inidôneos TCU, CNJ, Portal da Transparência)		Requisitos específicos 1. Certidão negativa de falência 2. Índices LG, LC e SG superiores a 1 3. Comprovação de PL não inferior a 5% 4. Atestado de capacidade técnica 5. Declaração de concordância e veracidade	
Observações Gerais: Validade da proposta: 90 (noventa) dias			
Acompanhe as sessões públicas dos Pregões da UFTM pelo endereço www.comprasgovernamentais.gov.br , selecionando as opções Consultas > Pregões > Em Andamento > Cód. UASG “153035” . O Edital e outros anexos estão disponíveis para download no Comprasnet e também no endereço www.uftm.edu.br , Opção Aquisições e Licitações			

A UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Educação, torna público para conhecimento dos interessados que o(a) Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio, designados pela Portaria de Pessoal nº 72, de 27 de julho de 2023, do Pró-Reitor de Administração, reunir-se-ão na data, horário e local acima indicados, para realizar licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento **menor preço**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro e 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO E DO LOCAL DE ENTREGA

- 1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada em seguros de acidentes pessoais, por meio de apólice coletiva conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será realizada em único item.
- 1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- 1.4. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOVERNAMENTAIS e as do Anexo I deste Edital, prevalecerão às últimas.
- 1.5. Os materiais objeto desta licitação deverão ser entregues no seguinte endereço:
- 1.5.1. A fatura deverá ser apresentada aos fiscais técnicos de cada grupo, por e-mail, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de referência do seguro, conforme abaixo:

Item	Grupo	Setor Responsável	E-mail
1	Alunos dos cursos de graduação assistidos pela Assistência Estudantil	Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PROACE)	daesc.proace@uftm.edu.br
2	Demais alunos dos cursos de graduação	Pró-Reitoria de Ensino (PROENS)	estagios.proens@uftm.edu.br
3	Alunos dos cursos técnicos do CEFORES	Centro de Educação Profissional (CEFORES)	seguro.cefores@uftm.edu.br
4	Estagiários de outras instituições de ensino no CEFORES		
5	Estagiários de outras instituições de ensino na UFTM	Pró-Reitoria de Recursos Humanos (PRORH)	movimentacao.prorh@uftm.edu.br
6	Alunos dos cursos de Pós-Graduação	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação (PROPPG)	sec.proppg@uftm.edu.br

2. DA DESPESA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 2.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão no exercício de 2023/2024 através das seguintes Dotações Orçamentárias da UFTM:

Nº Solicitação	Centro de Controle Orçamentário	Valor Estimado	Ação	PTRES	Fonte de Recursos	Plano interno
1	PROACE	2528,64	4002	214814	1000000000	MCONTG0102N
2	PROENS	8461,44	20RK	169502	1000000000	MCONTG01ENN
3	CEFORES	659,52	20RL	169502	1000000000	LCONTG01RLN
4	FUNCIONAMENTO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)	86,40	20RK	169502	1000000000	MCONTN01RKN
5	PROPPG	1584,00	20GK	169501	1000000000	OCONTO01PQN

3. DO CADASTRO DE PROPOSTAS E DA ABERTURA DA SESSÃO

- 3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
- 3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.
- 4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.
- 4.1.2. A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

- 4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:
- 4.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 4.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 4.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 4.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
- 4.3.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
- 4.3.6. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- 4.3.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- 4.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 4.4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
- 4.4.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
- 4.4.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
- 4.4.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- 4.4.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 4.4.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.4.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.4.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
- 4.4.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.4.8. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta digitalizada, com a descrição do objeto ofertado e com o preço, **conforme modelo do Anexo II**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
- 5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. **Além de anexar a proposta de preços assinada e digitalizada, exclusivamente por meio do sistema**, conforme previsto no item 5.1 do edital, o licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1. **Valor total anual;**
- 6.1.2. Marca;
- 6.1.3. Fabricante;

6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Anexo I: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem do órgão competente, quando for o caso;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.6.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Anexo I.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total anual do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser:

Valor do item	Intervalo mínimo entre lances
Até R\$ 49,99	R\$ 0,01
De R\$ 50,00 a R\$ 499,99	R\$ 1,00
De R\$ 500,00 a R\$ 999,99	R\$ 10,00
De R\$ 1.000,00 a R\$ 2.999,99	R\$ 20,00
De R\$ 3.000,00 a R\$ 9.999,00	R\$ 50,00
Acima de R\$ 10.000,00	R\$ 100,00

7.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

- 7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.19. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.22. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.23. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.24. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.26. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.27. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:
- 7.27.1. No país;
- 7.27.2. Por empresas brasileiras;
- 7.27.3. Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 7.27.4. Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 7.28. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 7.29. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 7.29.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.29.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 06 (seis) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.30. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.
- 8.2. **A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo III deste Edital.**
- 8.3. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB nº 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.
- 8.4. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 8.4.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 8.5. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 8.6. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 8.7. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 06 (seis) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.7.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.7.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “*chat*” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.10. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.10.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.11. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2. **É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.**

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 06 (seis) horas, sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.4.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados, no prazo máximo de até 02 (dois) dias úteis, para o seguinte endereço: Av. Frei Paulino, nº 30 - CEA, 2º Andar - Bairro Abadia - Uberaba (MG) - CEP 38025-180 – Divisão de Licitações do Departamento de Licitações e Contratos.

9.4.2. A não apresentação dos documentos originais pela licitante, caso sejam solicitados, acarretará a convocação de nova Proposta, respeitando-se a ordem de classificação da sessão de lances.

9.4.3. Os documentos e declarações relacionados neste Edital, poderão ser encaminhados PESSOALMENTE e/ou via CORREIOS (EBCT) nas seguintes condições:

9.4.3.1. Apresentados em originais;

9.4.3.2. Cópias autenticadas em Cartório;

9.4.3.3. Cópias acompanhadas das respectivas certidões de autenticações digitais;

9.4.3.4. Cópias apresentadas com os originais para autenticação por servidor da Divisão de Licitações do Departamento de Licitações e Contratos.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8. Habilitação jurídica:

9.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.8.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.9.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.10. Qualificação Econômico-Financeira:

9.10.1. **CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL, OU LIQUIDAÇÃO JUDICIAL, OU DE EXECUÇÃO PATRIMONIAL**, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 01 (um) ano, contado da data da sua apresentação.

9.10.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

9.10.2.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

9.10.2.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

9.10.2.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.10.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

LG =	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$
------	---

SG =	$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$
------	--

LC =	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$
------	---

9.10.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

9.11. Qualificação Técnica:

9.11.1. **MÍNIMO DE 01 (UM) ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA** fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove aptidão para a prestação dos serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente.

9.11.2. **Certidão de regularidade: demonstra a situação cadastral da entidade perante a Susep, incluindo informações acerca da submissão a regimes especiais e de penalidade de suspensão.**

9.11.3. **Certidão de livre movimentação de ativos: informa se a supervisionada está autorizada a movimentar livremente sua carteira de títulos e valores mobiliários, vinculados à garantia de suas provisões técnicas.**

9.12. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.12.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.13. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.14. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.17. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.18. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.18.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

9.19. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 06 (seis) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. **Apresentar a PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS, DEVIDAMENTE AJUSTADA AO LANCE VENCEDOR, em conformidade com o modelo (Anexo III) a este instrumento convocatório.**

10.1.3. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.1.4. Conter a **DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, conforme ANEXO II**, assinada pelo seu representante legal, **OU** ser acompanhada de **CERTIFICAÇÃO EMITIDA POR INSTITUIÇÃO PÚBLICA OFICIAL OU**

INSTITUIÇÃO CREDENCIADA, em atendimento aos critérios de sustentabilidade ambiental, regulados pela IN/SRLTI/MPOG no 01, de 19 de janeiro de 2010.

10.2. A proposta final será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

10.7. Junto com a proposta final, o licitante vencedor deverá encaminhar, no mesmo prazo previsto no item 10.1, o seguinte documento:

10.7.1. **DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA E VERACIDADE (ANEXO V), conforme disposto no item 25.24 deste edital, assim como os seguintes documentos:**

10.7.1.1. Cópias do RG e CPF ou outro documento de identidade com foto e que conste o número do CPF;

10.7.2. Caso o licitante já tenha cadastro **ativo** como Usuário Externo no Sistema Eletrônico de Informação (SEI) da UFTM, para fins de assinatura eletrônica, não será necessário apresentar a declaração de concordância e veracidade.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. É de responsabilidade da empresa vencedora realizar seu **cadastro como usuária externa** para a assinatura eletrônica do Termo de Contrato no prazo estabelecido acima.

15.2.2. O prazo para assinatura poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.1. A referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

15.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

15.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses prorrogável conforme previsão no instrumento contratual.

15.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

15.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

15.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

16. DO RECEBIMENTO E DA ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1. O recebimento e aceitação do objeto da licitação obedecerão ao disposto no Art.73, inciso II e seus parágrafos, da Lei nº 8.666/93, e também ao disposto neste Edital.

16.2. A simples assinatura de servidor em canhoto de fatura ou conhecimento de transporte implica apenas o recebimento provisório.

16.3. O recebimento provisório ocorrerá na ocasião da entrega do produto no local indicado no item 1 deste Edital.

16.4. O recebimento definitivo dos produtos contratados se dará apenas após a verificação da conformidade com a especificação constante do Edital e seus Anexos, e com a marca/fabricante, no que couber, indicados na proposta da licitante.

16.5. Será feita verificação física da integridade dos produtos.

16.6. A Administração, a seu exclusivo critério, poderá submeter os produtos fornecidos a ensaios de recebimento.

16.6.1. Somente os produtos reprovados deverão ser substituídos pela Contratada no prazo máximo a ser determinado pelo setor competente, contado a partir da comunicação formal pela UFTM.

16.7. Caso satisfatórias as verificações acima, lavrar-se-á um Termo de Recebimento Definitivo, que poderá ser substituído pelo atesto de servidor competente no verso da nota fiscal/fatura emitida pela Contratada.

16.8. Caso as verificações sejam insatisfatórias, lavrar-se-á um Termo de Recusa e Devolução, no qual se consignarão desconformidades com as especificações, desaprovação no ensaio de recebimento.

16.9. Caso a substituição não ocorra no prazo definido pela Administração a partir da notificação, ou caso o novo produto também seja rejeitado, estará a Contratada incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação das sanções previstas neste Edital.

16.10. Os custos da substituição de produto rejeitado correrão exclusivamente à conta da Contratada.

16.11. O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho dos produtos fornecidos, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos.

16.12. Demais critérios recebimento e aceitação do objeto estão estabelecidos **no item 19 do Termo de Referência, Anexo VI do edital.**

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento dos materiais relativos a este Pregão será efetuado **em até 30 (trinta) dias corridos**, contados da apresentação ao Setor Financeiro da Nota Fiscal, emitida em moeda corrente, devidamente atestada pelo setor competente, após conferência de rotina quanto às especificações e marcas ofertadas, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente a ser indicada pela CONTRATADA em todas as notas fiscais.

17.2. O atestado será expedido pelo responsável do Setor competente da UFTM, que somente o fará após a constatação do cumprimento das condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como se for o caso, informar à Divisão de Contratos da UFTM, as ocorrências para aplicação das sanções previstas neste Edital.

- 17.3. Caso o material seja recusado, ou a correspondente Nota Fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização do fornecimento, ou do documento fiscal, a depender do evento.
- 17.4. A UFTM não acatará a negociação de duplicatas com bancos ou outras instituições financeiras.
- 17.5. Do valor de cada pagamento serão retidos os tributos e contribuições de que trata o Art. 64, de Lei nº 9.430, de 17/12/96, I.N. Conjunta nº 23, de 02/03/01, conforme regulamentação expedida pela Secretaria da Receita Federal.
- 17.6. A critério da Contratante, poderão ser utilizados valores devidos à contratada para pagamento de multa aplicada em decorrência de sanção administrativa imposta, em regular procedimento.
- 17.7. A nota fiscal deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado na proposta cadastrada no COMPRASGOVERNAMENTAIS, não se **admitindo notas fiscais emitidas com outro CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.**
- 17.8. Nenhum pagamento será feito à proponente vencedora, antes de paga ou relevada qualquer sanção de que trata este Edital, bem como sem a entrega da totalidade da quantidade solicitada na Autorização de Fornecimento emitida pela UFTM.
- 17.9. Previamente à emissão de nota de empenho, à contratação e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 17.10. A cada pagamento ao fornecedor a Administração realizará consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação.
- 17.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 17.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 17.13. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 17.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

SOMENTE POR MOTIVO DE ECONOMICIDADE, SEGURANÇA NACIONAL OU OUTRO INTERESSE PÚBLICO DE ALTA RELEVÂNCIA, DEVIDAMENTE JUSTIFICADO, EM QUALQUER CASO, PELA MÁXIMA AUTORIDADE DA CONTRATANTE, NÃO SERÁ RESCINDIDO O CONTRATO EM EXECUÇÃO COM A CONTRATADA INADIMPLENTE NO SICAF.

- 17.15. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de correção monetária, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de correção monetária = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX) I = (6 / 100) I = 0,00016438

365 TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6%

- 17.16. É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital.

18. DO REAJUSTE

- 18.1. Os critérios de reajustamento estão previstos no item 22 do Termo de Referência, (Anexo VI deste Edital).

19. DA FISCALIZAÇÃO

- 19.1. Os critérios de fiscalização do objeto estão previstos no Termo de Referência, (Anexo VI deste Edital).

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 20.1. As obrigações da contratante estão estabelecidas no item 13 do Termo de Referência, (Anexo VI deste Edital).

21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 21.1. As obrigações da contratante estão estabelecidas no item 14 do Termo de Referência, (Anexo VI deste Edital).

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 22.1. O contratado ou licitante que não cumprir integralmente as obrigações assumidas, estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

22.1.1. Advertência;

22.1.2. Multas, as quais poderão ser aplicadas nos seguintes percentuais:

- 22.1.2.1. moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias, sendo que após o trigésimo dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer

a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

22.1.2.2. moratória de 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, em caráter excepcional, a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

22.1.2.3. moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993;

22.1.2.4. compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, a depender do impacto causado à Administração, no caso de inexecução total do contrato; e

22.1.2.5. moratória ou compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor total adjudicado ou do contrato, a depender da gravidade da ocorrência e/ou impacto causado à Administração, para os casos não previstos anteriormente.

22.1.3. **Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF**, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

22.2. Ocorrências durante a etapa de seleção do fornecedor:

Nível de gravidade	Ocorrências	Sanções
I	1. Deixar de entregar documentação exigida no edital, para fins de aceitação / habilitação da proposta, por meio eletrônico, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado e aceito pelo setor competente.	Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 30 (trinta) dias.
	2. Não manter proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado e aceito pelo setor competente.	
	3. Não atender as diligências dentro do prazo estabelecido pela área contratante, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado e aceito pelo setor competente.	
	4. Não enviar/postar amostra dentro do prazo estabelecido no edital ou não enviar a amostra quando solicitada pelo pregoeiro, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado e aceito pelo setor competente.	
II	5. Não encaminhar a documentação original e/ou autenticada no prazo estabelecido no edital após convocação do pregoeiro, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado e aceito pelo setor competente.	Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 30 (trinta) dias.
III	6. Recusar-se injustificadamente, o licitante adjudicatário, a assinar a Ata de Registro de Preços ou firmar o instrumento de contrato dentro do prazo e condições estabelecidas.	Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 60 (sessenta) dias e multa.
IV	7. Fazer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.	Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e/ou multa.
	8. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público.	

22.3. Ocorrências durante a execução contratual:

Nível de gravidade	Ocorrências	Sanções
I	1. Atraso na apresentação de documentos relativos ao contrato.	Advertência e/ou multa.
	2. Atraso no prazo de entrega dos bens ou na prestação dos serviços.	

	3. Demora no envio de técnicos para instalação de equipamento ou treinamento, quando necessário.	
II	4. Falha na execução do contrato: a. Não apresentação de documentos relativos ao contrato nos prazos previstos. b. Deixar de apresentar a garantia contratual no prazo definido no contrato. c. Não regularização no SICAF no prazo legalmente definido, para fins de pagamento e prorrogação de contrato. d. Inexecução total do objeto. e. Não realização dos serviços de garantia técnica de equipamentos. f. Entrega parcial/incompleta dos bens ou em desconformidade com as especificações, marcas e os preços ofertados no processo de aquisição. g. Não realizar o pagamento de GRU em contratos de concessão onerosa de uso de área, por prazo superior a 30 (trinta) dias. h. Outras falhas decorrentes da execução contratual, não elencadas nos itens anteriores, apuradas conforme previsto no item 22.4.	Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 3 (três) meses a 2 (dois) anos e/ou multa.
III	5. Fraudar na execução do contrato	Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e multa, sem prejuízo do estabelecido no Código Penal e da apuração nas demais esferas

22.4. Todas as irregularidades, inclusive as não elencadas nos itens acima, serão apuradas e sancionadas de acordo com os procedimentos estabelecidos na Norma Procedimental da UFTM nº 50.03.017 - Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade, e na legislação vigente, devendo ser observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

22.5. As penalidades dispostas neste Edital somente poderão ser aplicadas se respeitado o devido processo legal, o direito ao contraditório e à ampla defesa.

22.6. As sanções acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

23.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

23.2. A impugnação deverá ser realizada por forma eletrônica pelo e-mail bruna.oliveira@uftm.edu.br.

23.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

23.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

23.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no item 23.2.

23.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

23.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

23.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

23.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

24. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO DO OBJETO

24.1. Das garantias básicas

24.1.1. Morte Acidental: A CONTRATADA deverá efetuar o pagamento do capital segurado ao(s) BENEFICIÁRIO(s), em caso de morte do segurado ocasionada por acidente pessoal, ocorrido durante a vigência do contrato;

24.1.2. Invalidez Permanente Total ou Parcial por acidente: A CONTRATADA deverá efetuar o pagamento de indenização ao segurado, relativa à perda, redução ou a impotência funcional definitiva, total ou parcial, de um membro ou órgão, em razão de lesão física ocasionada por acidente pessoal, ocorrido durante a vigência do seguro. Após a conclusão do tratamento, ou esgotados os recursos terapêuticos para a recuperação e verificada a existência de invalidez permanente avaliada quando da alta médica definitiva, a Seguradora pagará ao próprio segurado uma indenização, conforme Tabela para Cálculo de Indenização em caso de invalidez permanente, que deverá estar anexa às condições gerais do seguro.

24.1.3. Despesas Médico Hospitalares e Odontológicas: A CONTRATADA deverá efetuar o pagamento do capital segurado ao(s) BENEFICIÁRIO(s), decorrentes de acidente coberto, efetuadas exclusivamente pelo BENEFICIÁRIO para o seu tratamento, desde que iniciado nos 30 (trinta) primeiros dias contados da data do evento, sob orientação médica, incluindo diárias hospitalares necessárias para restabelecimento do BENEFICIÁRIO, limitado ao valor do contrato.

24.1.4. Considera-se Acidente Pessoal o evento com data caracterizada, exclusivo e diretamente externo, súbito, involuntário, causador de lesão física, que, por si só e independente de toda e qualquer causa, tenha como consequência direta a morte ou a invalidez permanente total ou parcial do segurado.

24.1.5. O seguro deve garantir cobertura temporal de 24 horas diárias e geográfica para todo o globo terrestre.

24.2. Das inclusões, alterações e/ou exclusões dos segurados

24.2.1. As atualizações das relações de segurados serão encaminhadas por e-mail pela UFTM à Licitante vencedora até o 20º (vigésimo) dia do mês anterior à vigência do seguro, por tipo dos segurados existentes, contendo as seguintes informações: nome, CPF, data de nascimento e sexo.

24.2.2. Havendo atraso na remessa ou inexistência de movimentação, o faturamento do mês em referência será emitido com os dados do mês imediatamente anterior.

24.2.3. A cobertura do seguro cessará, ainda, para cada Segurado, com o desaparecimento do vínculo entre o aluno e a UFTM.

24.3. Dos beneficiários do seguro

24.3.1. O segurado poderá designar BENEFICIÁRIO(s) livremente a qualquer tempo, durante o período de vigência da Apólice e, na falta de indicação de BENEFICIÁRIO(s), ou se por qualquer motivo não prevalecer a que for feita, o capital segurado deverá ser pago de acordo com o art.792 do Código Civil.

24.3.2. Caso solicitado pelo segurado ou pela CONTRATANTE, a empresa CONTRATADA deverá disponibilizar um certificado individual informando suas garantias e seu respectivo capital segurado.

24.4. Da comunicação do Sinistro

24.4.1. O segurado ou seu BENEFICIÁRIO fará a comunicação à CONTRATADA, em caso de sinistro, em até 180 dias após a ocorrência do mesmo, mediante formulário específico que deverá ser fornecido pela CONTRATADA.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

25.2. O preço ofertado será fixo e irrevogável, expresso em R\$ (reais), com apenas duas casas decimais.

25.2.1. No caso de preços (unitário ou total) com número de casas decimais superior a 02(dois) dígitos, o(a) Pregoeiro(a) dar-se-á o direito de adequação dos preços, de acordo com o estabelecido no item anterior, cujos arredondamentos dar-se-ão para baixo.

25.3. Os licitantes interessados em participar deste processo de licitação deverão ofertar o QUANTITATIVO TOTAL estimado pela administração para os itens elencados no Anexo I deste Edital.

25.3.1. As propostas cadastradas cuja quantidade ofertada seja inferior ou superior ao solicitado no Anexo I deste Edital serão recusadas.

25.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

25.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

25.6. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

25.13. As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, atendidos o interesse público e o da Administração, sem comprometimento da segurança da contratação.

- 25.14. É facultado ao(a) Pregoeiro(a) ou à autoridade titular do órgão promotor do certame, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.
- 25.15. Nenhuma indenização será devida às licitantes pelo envio de propostas, lances ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.
- 25.16. O órgão promotor do certame não disponibilizará suas instalações, bem como equipamentos ou conexões com o provedor do sistema eletrônico, às licitantes interessadas em participar deste Pregão Eletrônico.
- 25.17. A autoridade titular do órgão promotor do certame poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do Art. 49 da Lei n.º 8.666/93.
- 25.18. No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do Pregão Eletrônico, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 25.19. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o Foro da Justiça Federal em Uberaba/MG.
- 25.20. O Edital e seus Anexos estão disponíveis nos endereços eletrônicos www.comprasgovernamentais.gov.br e www.uftm.edu.br, podendo ser fornecidos por e-mail, mediante solicitação através do e-mail bruna.oliveira@uftm.edu.br.
- 25.21. A retirada do edital nos sites www.comprasgovernamentais.gov.br ou através de outros meios, sem identificação correta dos dados da empresa, impossibilitando a comunicação de eventuais retificações ou informações adicionais no edital, exime a UFTM de quaisquer responsabilidades.
- 25.22. Os casos omissos serão resolvidos pelo(a) Pregoeiro(a).
- 25.23. O valor da proposta de cada item a ser cadastrado pela licitante no COMPRASGOVERNAMENTAIS, deverá ser o **valor total anual do item**
- 25.24. **Fica a licitante vencedora obrigada a realizar o cadastramento de pelo menos de 01 (um) Usuário Externo no Sistema Eletrônico de Informação (SEI) da UFTM, para fins de assinatura eletrônica de atas de registro de preços e/ou contratos.**
- 25.24.1. O cadastro como Usuário Externo no SEI é personalíssimo, ou seja, sua operação é sob a responsabilidade da pessoa natural que opera o sistema e está condicionado à aceitação, pelo interessado, das regras que disciplinam o uso do SEI. Portanto, tem como consequência a responsabilização do usuário externo pelas ações efetuadas, as quais são passíveis de apuração nas esferas administrativa, civil e penal.
- 25.24.2. Para se credenciar, a **licitante declarada vencedora** deve preencher e enviar o [Formulário de Cadastro](http://uftm.edu.br/sei) disponível no site <http://uftm.edu.br/sei>.
- 25.24.3. Para que seja feita a liberação do cadastro, a licitante deverá encaminhar, juntamente com a proposta e os documentos de habilitação, os seguintes documentos:
- 25.24.3.1. Cópias do RG e CPF ou outro documento de identidade com foto e que conste o número do CPF;
- 25.24.3.2. Declaração de Concordância e Veracidade, devidamente preenchida e assinada (Anexo V).
- 25.25. Mais informações para efetivar o cadastro podem ser obtidas no [Manual de Usuário Externo do SEI](#).
- 25.26. **Fazem parte integrante desde Edital:**
- 25.26.1. Anexo I- Especificações do Objeto;
- 25.26.2. Anexo II- Modelo para Apresentação da Proposta de Preços;
- 25.26.3. Anexo III- Modelo da planilha de custos e formação de preços;
- 25.26.4. Anexo IV- Declaração de Isenção de Escrituração de Livro Diário;
- 25.26.5. Anexo V- Declaração de Concordância e Veracidade;
- 25.26.6. Anexo VI- Termo de Referência (arquivo eletrônico em PDF);
- 25.26.7. VII- Minuta contratual (arquivo eletrônico em PDF).

Uberaba (MG), 14 de setembro de 2023.

BRUNA PEREIRA DE OLIVEIRA
Pregoeiro(a)

ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO**PEDIDO DE COMPRA DE MATERIAIS OU SERVIÇOS – PMS nº 103/2023**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR ANUAL TOTAL ESTIMADO
1	Contratação de Empresa Especializada em Seguro de Acidentes Pessoais, por meio de apólice coletiva para um total estimado de 4.625 alunos matriculados, estagiários, estagiando ou em atividades acadêmicas com risco aumentado, no ano	1.00	Serviço	R\$ 13.320,00

de 2023, com cobertura mínima de R\$10.000,00 (dez mil reais) nos casos de morte acidental, invalidez permanente total ou parcial e despesas médico hospitalares de R\$5.000,00 (cinco mil reais), em decorrência de acidentes.

Observações:

I- Deverá ser cadastrado no COMPRASGOVERNAMENTAIS o valor total anual do item;

II - O item é exclusivo para participação de ME/EPP, conforme estabelecido pelo Art. 48, inc. I da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014;

ANEXO II - MODELO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

Pregão Eletrônico nº 28/2023

Processo: 23085.013883/2022-44

À Universidade Federal do Triângulo Mineiro

LICITANTE:					
CNPJ:		TEL.:			
ENDEREÇO:				BAIRRO:	
CIDADE:			ESTADO:		CEP:
CONTATO:			E-MAIL:		
BANCO:		AGÊNCIA:		CONTA CORRENTE:	

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO
1		1	Serviço	R\$

Valor total por extenso: R\$ _____ (_____)

- **Validade da Proposta: Mínimo 90 dias;**
- **Prazo para pagamento: Até 30 dias corridos;**
- **Ciente e de acordo com todos os termos do Edital.**
- **Nome do responsável pela assinatura eletrônica do contrato, cargo, RG e CPF, nos termos do item 25.24 do edital: _____;**
- **Declaro, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente em conformidade com a Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), nos casos em que a referida instrução se aplicar ao objeto.**

_____, ____ de _____ de 20XX.

Assinatura do Representante Legal, cargo, RG e CPF.

ANEXO III- MODELO DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Item	Grupo de alunos previstos	Média mensal por categoria dos grupos segurados	Valor unitário por segurado	Valor mensal estimado para segurados por categoria	Valor médio estimado anual
1.1	Alunos dos cursos de graduação assistidos pela Assistência Estudantil	878	R\$	R\$	R\$
1.2	Demais alunos dos cursos de graduação	2938	R\$	R\$	R\$
1.3	Alunos dos cursos técnicos do CEFORES	225	R\$	R\$	R\$
1.4	Estagiários de outras instituições de ensino no CEFORES	4	R\$	R\$	R\$
1.5	Estagiários de outras instituições de ensino na UFTM	30	R\$	R\$	R\$
1.6	Alunos dos cursos de Pós-Graduação	550	R\$	R\$	R\$
TOTAIS		4625		R\$	R\$

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DE ESCRITURAÇÃO DE LIVRO DIÁRIO

Eu, _____ (Contador da Empresa), Registrado no CRC sob o nº _____ e CPF: _____, declaro que a empresa _____ (Razão Social de licitante), CNPJ: _____, está desobrigada de escriturar o Livro Diário, nos termos do Art. 27 da Lei Complementar 123, de 2006, devendo no entanto apresentar o **Balanco Patrimonial**, devidamente registrado na junta comercial ou órgão equivalente e a **Demonstração do Resultado**, para fins de licitação, conforme Art. 43 da Lei Complementar nº 123 de 2006.

_____, ____ de _____ de 20XX.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTADOR - CRC XXXXXX

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA E VERACIDADE

(Cadastro de Usuários Externos no SEI da UFTM)

Nome _____ Completo _____ do _____ Usuário: _____

Documento _____ de _____ Identidade: _____ CPF: _____

E-mail: _____ Telefone: _____

Endereço _____ de _____ Domicílio: _____

Bairro: _____ Estado (UF): _____ Cidade: _____ CEP: _____

A realização do cadastro como Usuário Externo no SEI da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM e a entrega deste documento importará na aceitação livre e inequívoca de todos os termos e condições que regem o processo eletrônico, conforme Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, ao tratamento pela Controladora, dos dados pessoais especificados com a finalidade de cadastrar o titular, conforme Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) que elenca, entre outros, do tratamento de dados pessoais para finalidade determinada, e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada

(login/senha), tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas, as quais serão passíveis de apuração civil, penal e administrativa.

Assim, **DECLARO** que o endereço informado referente ao meu domicílio é verdadeiro e que são de minha exclusiva responsabilidade:

I - o sigilo da senha de acesso, não sendo oponível, em qualquer hipótese, alegação de uso indevido;

II - a conformidade entre os dados informados no formulário eletrônico de Cadastro de Usuário Externo e os constantes no documento protocolizado, incluindo o preenchimento dos campos obrigatórios e anexação dos documentos essenciais e complementares;

III - a conservação dos documentos originais até que decaia o direito da Administração de rever os atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados à UFTM para qualquer tipo de conferência;

IV - a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais entre a Universidade, o usuário ou a entidade porventura representada, não sendo admitidas intimação ou protocolização por meio diverso, exceto nas situações em que for tecnicamente inviável ou em caso de indisponibilidade do meio eletrônico cujo prolongamento cause dano relevante à celeridade do processo ou outra exceção prevista em instrumento normativo próprio;

V - a observância de que os atos processuais em meio eletrônico se consideram realizados no dia e na hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os atos praticados até as 23 horas, 59 minutos e 59 segundos do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre o usuário externo;

VI - as condições de sua rede de comunicação, o acesso a seu provedor de internet e a configuração do computador utilizado nas transmissões eletrônicas;

VII - a observância dos períodos de manutenção programada, que serão realizadas, preferencialmente, no período de 0 hora às 6 horas diariamente, ou qualquer outro tipo de indisponibilidade do sistema.

_____, ____ de _____ de 20XX.

Assinatura do Usuário

ATENÇÃO: Conforme estabelece o edital, o usuário externo deverá encaminhar juntamente com a declaração os seguintes documentos:

I – documento de identificação pessoal;

II – Cadastro de Pessoa Física – CPF;

Na hipótese de haver dúvida quanto à autenticidade dos documentos, a UFTM poderá, a qualquer tempo, exigir cópias autenticadas dos documentos e firma reconhecida no Termo de Declaração de Concordância e Veracidade.

ANEXO VI- TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO VII- MINUTA DO CONTRATO



Documento assinado eletronicamente por **BRUNA PEREIRA DE OLIVEIRA, Pregoeiro(a)**, em 14/09/2023, às 17:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#) e no art. 34 da [Portaria Reitoria/UFTM nº 165, de 16 de junho de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufmt.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1085688** e o código CRC **4C060E51**.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada em Seguro de Acidentes Pessoais, por meio de apólice coletiva para um total estimado de 4.625 alunos matriculados, estagiários, estagiando ou em atividades acadêmicas com risco aumentado, no ano de 2023, com cobertura mínima de R\$10.000,00 (dez mil reais) nos casos de morte acidental, invalidez permanente total ou parcial e despesas médico hospitalares de R\$5.000,00 (cinco mil reais), em decorrência de acidentes.

1.2 O objeto da licitação tem natureza de serviço comum de caráter continuado, sem fornecimento de mão de obra exclusiva.

1.2.1 Quadro de descrição do objeto:

Item	Descrição	Identificação CATSER	Unidade de medida	Quantidade
1	Contratação de Empresa Especializada em Seguro de Acidentes Pessoais, por meio de apólice coletiva para um total estimado de 4.625 alunos matriculados, estagiários, estagiando ou em atividades acadêmicas com risco aumentado, no ano de 2023, com cobertura mínima de R\$10.000,00 (dez mil reais) nos casos de morte acidental, invalidez permanente total ou parcial e despesas médico hospitalares de R\$5.000,00 (cinco mil reais), em decorrência de acidentes	906	Unidade	1

1.2.2 Planilha de grupos, custos e formação de preços do item nº 1:

Subitem	Grupos previstos	Média mensal por categoria dos grupos segurados	Valor unitário por segurado	Valor mensal estimado para segurados por categoria	Valor médio estimado anual
1.1	Alunos dos cursos de graduação assistidos pela Assistência Estudantil	878	0,24	R\$ 210,72	R\$ 2.528,64
1.2	Demais alunos dos cursos de graduação	2938	0,24	R\$ 705,12	R\$ 8.461,44
1.3	Alunos dos cursos técnicos do CEFORES	225	0,24	R\$ 54,00	R\$ 648,00
1.4	Estagiários de outras instituições de ensino no CEFORES	4	0,24	R\$ 0,96	R\$ 11,52
1.5	Estagiários de outras instituições de ensino na UFTM	30	0,24	R\$ 7,20	R\$ 86,40
1.6	Alunos dos cursos de Pós-Graduação	550	0,24	R\$ 132,00	R\$ 1.584,00
TOTAIS		4625		R\$ 1.110,00	R\$ 13.320,00

Os valores mensal e anual dispostos na tabela acima, estimados para a contratação do serviço de seguro, foram calculados tendo por base os seguintes valores:

Custo individual mensal por vida assegurada: R\$ 0,24

Custo individual anual por vida assegurada: R\$ 2,88

1.3 O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666/1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Necessita-se, para segurar contra acidentes os discentes da UFTM em atividades de estágio, atividades acadêmicas que possam envolver risco aumentado ou discentes de outras instituições que estão em estágio na UFTM, a contratação de Empresa Especializada em Seguro de Acidentes Pessoais, por meio de apólice coletiva para um total estimado de 4.625 vidas, entre alunos matriculados, estagiários, estagiando na UFTM ou em atividades acadêmicas com risco aumentado, no ano de 2023, com cobertura mínima de R\$10.000,00 (dez mil reais) nos casos de morte acidental, invalidez permanente total ou parcial e despesas médico hospitalares e odontológicas de até R\$5.000,00 (cinco mil reais), em decorrência de acidentes, atendendo o artigo 8 do decreto nº 87.497 de 18 de agosto de 1982, que regulamenta a lei nº 6.494 de 07 de dezembro de 1997, e considerando também para atividades acadêmicas de risco aumentado,

conforme possibilidade apontada em consulta feita à Procuradoria Federal (COTA n. 00033/2022/ASJUR/PFUFTM/PGF/AGU).

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares e neste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DA CONTRATADA

4.1 Os serviços a serem contratados apresentam padrões e qualidade que podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência por meio de especificações usuais, sendo ainda facilmente encontrados no mercado, enquadrando-se na classificação de serviços comuns, conforme apregoam a Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 3.555/2000.

4.2 Quanto a natureza da contratação, o serviço é considerado contínuo, conforme IN 05/2017-MPDG, Instrução Normativa MARE nº 18/97 e Portaria nº 74/2021 UFTM, que dispõe sobre os serviços de natureza contínua no âmbito da UFTM, quando se referem aos serviços imprescindíveis, necessários à Administração para o desempenho de suas atribuições, cuja interrupção poderia comprometer a continuidade de suas atividades e cuja contratação poderia ser prorrogada para mais de 12 meses.

4.3 A realização contínua dos serviços representa um suporte ao funcionamento das atividades finalísticas da UFTM, cuja interrupção poderia comprometer a qualidade dos serviços prestados à comunidade acadêmica e à sociedade.

4.4 Cabe ressaltar que a contratação desses serviços será realizada por demanda, no que tange aos itens e futuro contrato, serão consumidos paulatinamente, por meio da atualização mensal da relação de vidas a serem seguradas.

4.5 Em fiel observância aos preceitos legais que regem as compras governamentais, o atendimento da presente demanda deve ocorrer através de realização de procedimento licitatório na forma de pregão eletrônico.

4.6 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.7 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.8 Quanto a duração, o contrato administrativo, sem dedicação exclusiva de mão de obra, é uma opção da UFTM, e inicialmente o contrato administrativo será de 12 meses, sendo possível a prorrogação até o limite de 60 meses, nos termos da Lei nº 8.666/1993.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1 O licitante deverá ter pleno conhecimento das informações contidas neste Termo de Referência, principalmente no que tange as especificações dos serviços a serem prestados.

5.1.2 Trata-se de serviço comum a ser prestado de forma contínua, que, pela sua essencialidade, visa atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um

exercício financeiro, assegurando o funcionamento das atividades finalísticas do órgão, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

- 5.1.2.1 Assim, visto que sua manutenção contínua é imprescindível, uma vez que está voltado para o funcionamento das rotinas administrativas da Instituição, esta contratação deve vigorar por 12 (doze) meses, a contar da data estipulada na cláusula de vigência do contrato, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, limitado a 60 (sessenta) meses, na forma do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.
- 5.1.2.2 Os critérios para a promoção de acessibilidade constam na Lei 10.098/2000, cujo cumprimento orienta-se pela Norma Técnica ABNT NBR nº 9050.
- 5.1.2.3 Os critérios para a promoção de acessibilidade, supracitados, não excluem qualquer outra determinação legal acerca do tema, quer seja complementar, suplementar, superveniente ou qualquer outra que se aplique em caso concreto.
- ~~5.2~~ Quanto à Pesquisa de Preços, utilizou-se o parâmetro constante no inciso I e II, do art. 5º, da Instrução Normativa nº. 73, de 05 de agosto de 2020, que trata de pesquisa no Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br/paineldeprecos de contratações similares de outros entes públicos.
- 5.3 Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.
- 5.4 As obrigações da CONTRATADA e CONTRATANTE estão previstas nos itens 13 e 14 deste Termo de Referência.

6. DOS IMPEDIMENTOS DE PARTICIPAÇÃO

- 6.1 Estará impedida de participar da licitação a empresa que se enquadre em uma das seguintes situações:
 - 6.1.1 Declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurar o motivo determinante da punição ou até que seja promovida a reabilitação;
 - 6.1.2 Esteja constituída sob a forma de consórcio e seja controladora coligada ou subsidiária entre si, ou ainda, quaisquer que sejam sua forma de constituição;
 - 6.1.3 Esteja sob falência, concurso de credores, dissolução ou em liquidação, recuperação judicial e extrajudicial;
 - 6.1.4 Empresa estrangeira que não funcione no país;
 - 6.1.5 Empresa não registrada regularmente no nível I (CREDENCIAMENTO) do SICAF;
 - 6.1.6 Pessoa Física/Jurídica que possua entre seus sócios, dirigentes ou gerentes que sejam servidores ou dirigentes da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, nos termos do inciso III, do Art. 9º da Lei nº 8.666/93;
 - 6.1.7 De acordo com o Acórdão nº 746/2014-TCU - Plenário – TC-021.605/2012-2, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP.

7. DAS GARANTIAS BÁSICAS

- 7.1 O contrato administrativo deve assegurar as seguintes garantias básicas:
 - 7.1.1 Morte Acidental: A CONTRATADA deverá efetuar o pagamento do capital segurado ao(s) BENEFICIÁRIO(s), em caso de morte do segurado ocasionada por acidente pessoal, ocorrido durante a vigência do contrato;

- 7.1.2 Invalidez Permanente Total ou Parcial por acidente: A CONTRATADA deverá efetuar o pagamento de indenização ao segurado, relativa à perda, redução ou a impotência funcional definitiva, total ou parcial, de um membro ou órgão, em razão de lesão física ocasionada por acidente pessoal, ocorrido durante a vigência do seguro. Após a conclusão do tratamento, ou esgotados os recursos terapêuticos para a recuperação e verificada a existência de invalidez permanente avaliada quando da alta médica definitiva, a Seguradora pagará ao próprio segurado uma indenização, conforme Tabela para Cálculo de Indenização em caso de invalidez permanente, que deverá estar anexa às condições gerais do seguro.
- 7.1.3 Despesas Médico Hospitalares e Odontológicas: A CONTRATADA deverá efetuar o pagamento do capital segurado ao(s) BENEFICIÁRIO(s), decorrentes de acidente coberto, efetuadas exclusivamente pelo BENEFICIÁRIO para o seu tratamento, desde que iniciado nos 30 (trinta) primeiros dias contados da data do evento, sob orientação médica, incluindo diárias hospitalares necessárias para restabelecimento do BENEFICIÁRIO, limitado ao valor do contrato.
- 7.2 Considera-se Acidente Pessoal o evento com data caracterizada, exclusivo e diretamente externo, súbito, involuntário, causador de lesão física, que, por si só e independente de toda e qualquer causa, tenha como consequência direta a morte ou a invalidez permanente total ou parcial do segurado.
- 7.3 O seguro deve garantir cobertura temporal de 24 horas diárias e geográfica para todo o globo terrestre.

8. DAS INCLUSÕES, ALTERAÇÕES E/OU EXCLUSÕES DOS SEGURADOS

- 8.1 As atualizações das relações de segurados serão encaminhadas por e-mail pela UFTM à Licitante vencedora até o 20º (vigésimo) dia do mês anterior à vigência do seguro, por tipo dos segurados existentes, contendo as seguintes informações: nome, CPF, data de nascimento e sexo.
- 8.2 Havendo atraso na remessa ou inexistência de movimentação, o faturamento do mês em referência será emitido com os dados do mês imediatamente anterior.
- 8.3 A cobertura do seguro cessará, ainda, para cada Segurado, com o desaparecimento do vínculo entre o aluno e a UFTM.

9. DOS BENEFICIÁRIOS DO SEGURO

- 9.1 O segurado poderá designar BENEFICIÁRIO(s) livremente a qualquer tempo, durante o período de vigência da Apólice e, na falta de indicação de BENEFICIÁRIO(s), ou se por qualquer motivo não prevalecer a que for feita, o capital segurado deverá ser pago de acordo com o art.792 do Código Civil.
- 9.2 Caso solicitado pelo segurado ou pela CONTRATANTE, a empresa CONTRATADA deverá disponibilizar um certificado individual informando suas garantias e seu respectivo capital segurado.

10. DA COMUNICAÇÃO DO SINISTRO

- 10.1 O segurado ou seu BENEFICIÁRIO fará a comunicação à CONTRATADA, em caso de sinistro, em até 180 dias após a ocorrência do mesmo, mediante formulário específico que deverá ser fornecido pela CONTRATADA.

11. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO SERVIÇO

11.1 A CONTRATANTE deve obrigatoriamente informar na nota fiscal:

11.1.1 Número da autorização de fornecimento, do empenho e da conta corrente.

11.1.2 Prazo de vigência do seguro.

11.2 Os pagamentos dos serviços relativos a este Pregão serão efetuados após conferências de rotinas quanto às especificações, mediante as notas fiscais/faturas emitidas em moeda corrente, em até 30 (trinta) dias corridos, contados da apresentação da mesma ao Setor Financeiro, devidamente conferida e atestada pelo setor competente.

11.2.1 A fatura deverá ser apresentada aos fiscais técnicos de cada grupo, por e-mail, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de referência do seguro, conforme abaixo:

Item	Grupo	Setor Responsável	E-mail
1	Alunos dos cursos de graduação assistidos pela Assistência Estudantil	Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PROACE)	daesc.proace@uftm.edu.br
2	Demais alunos dos cursos de graduação	Pró-Reitoria de Ensino (PROENS)	estagios.proens@uftm.edu.br
3	Alunos dos cursos técnicos do CEFORES	Centro de Educação Profissional (CEFORES)	seguro.cefores@uftm.edu.br
4	Estagiários de outras instituições de ensino no CEFORES		
5	Estagiários de outras instituições de ensino na UFTM	Pró-Reitoria de Recursos Humanos (PRORH)	movimentacao.prorh@uftm.edu.br
6	Alunos dos cursos de Pós-Graduação	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação (PROPPG)	sec.proppg@uftm.edu.br

12. DA GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

12.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração para cada item do contrato (grupo) especialmente designado.

12.2 Os representantes da Administração (fiscais do contrato) anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

12.3 O custo da realização dos serviços objeto deste Termo de Referência se referirá à execução exata e precisa com as máximas qualidades e quantidades a atender às necessidades da CONTRATANTE. Portanto, a execução contratual que não atinja os objetivos dos serviços contratados importará em pagamento proporcional ao realizado.

12.4 É caracterizado como inadimplemento total das obrigações assumidas, a empresa que não atender as demandas até o prazo previsto para atualização da relação de segurados e/ou pagamento dos prêmios previstos.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 13.1 Informar à CONTRATADA, por escrito, relação contendo os nomes dos alunos a serem segurados, bem como as respectivas datas de nascimentos e CPF dos mesmos;
- 13.2 Informar mensalmente, por meio dos setores competentes, as relações das vidas a serem seguradas;
- 13.3 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA com relação ao objeto deste Contrato;
- 13.4 Comunicar à CONTRATADA a ocorrência de qualquer acidente, por meio dos fiscais técnicos de cada grupo, caso a comunicação não tenha sido feita por meio do próprio segurado ou de representante legal, tão logo dele tome conhecimento oficial, providenciando ainda, a documentação comprobatória do sinistro;
- 13.5 Assegurar-se da boa prestação e da boa qualidade dos serviços prestados;
- 13.6 Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento do serviço desejado;
- 13.7 Assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado de acordo com a legislação vigente, de forma a garantir que continuem como sendo os mais vantajosos para a CONTRATANTE;
- 13.8 Fiscalizar, com os servidores designados pela UFTM para cada um dos grupos/categorias, o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, inclusive quanto a não interrupção dos serviços prestados, os quais registrarão todas as ocorrências em relatório, cujas cópias serão encaminhadas à CONTRATADA, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas;
- 13.9 Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados;
- 13.10 Conferir e atestar as Notas Fiscais referentes à execução do serviço objeto do Contrato;
- 13.11 Comunicar à CONTRATADA, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da apresentação da fatura pela CONTRATADA, quando os valores registrados não corresponderem aos serviços efetivamente prestados.
- 13.12 Rejeitar os serviços executados, se em desacordo com os termos deste Edital.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 14.1 Expedir a apólice coletiva de seguro, para cada um dos grupos previstos, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da data de recebimento da relação dos nomes dos alunos a serem segurados, com as respectivas datas de nascimentos, CPF e sexo dos mesmos;
- 14.2 Aceitar, durante a vigência do contrato, exclusões de alunos segurados, bem como inclusões de novos alunos, conforme necessidade da UFTM;
- 14.3 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a contratação;
- 14.4 Comunicar à CONTRATANTE qualquer irregularidade ocorrida o mais breve possível;
- 14.5 Indicar à CONTRATANTE, o nome de seu preposto ou empregado para manter a comunicação junto ao gestor do contrato;
- 14.6 Garantir ao segurado o pagamento do prêmio contratado, caso venha a ocorrer qualquer das situações previstas neste Termo de Referência;
- 14.7 Dispor 24 (vinte e quatro) horas por dia e 07 (sete) dias da semana o serviço de atendimento a solicitações da CONTRATANTE, que se dará através de número telefônico e e-mail informado pela CONTRATADA;

- 14.8 Obedecer às normas que regem a prestação de serviços de seguro, em especial, aquelas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e apresentação das seguintes certificações:
- 14.8.1 Certidão de regularidade: demonstra a situação cadastral da entidade perante a Susep, incluindo informações acerca da submissão a regimes especiais e de penalidade de suspensão.
- 14.8.2 Certidão de livre movimentação de ativos: informa se a supervisionada está autorizada a movimentar livremente sua carteira de títulos e valores mobiliários, vinculados à garantia de suas provisões técnicas.
- 14.9 Emitir documento (apólice) que contenha os dados do seguro, coberturas, valores contratados importâncias seguradas, vigência do seguro, relação de segurados, condições gerais e particulares que o identifiquem;
- 14.10 Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários e aqueles decorrentes de acidentes de trabalho de seus empregados, no desempenho de seus serviços ou em conexão com eles, não existindo entre a CONTRATANTE e aquele qualquer vínculo empregatício, sob qualquer hipótese;
- 14.11 Não transferir a outrem, total ou parcialmente, o objeto do presente contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;
- 14.12 Pagar o prêmio, em caso de sinistro, aos alunos dentro do prazo não ser superior a 20 (vinte) dias corridos, a contar da apresentação da documentação total necessária para o registro da ocorrência do sinistro;
- 14.13 Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a Terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços;
- 14.14 Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, bem como, ainda, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação trabalhista;
- 14.15 Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados, providenciada imediata correção das falhas ou irregularidades apontadas pela CONTRATADA;
- 14.16 Manter pessoal qualificado de sobreaviso para sanar qualquer problema na prestação do serviço pela CONTRATANTE;
- 14.17 Iniciar a prestação efetiva do serviço (perfeito funcionamento do serviço), a partir do prazo estipulado pela Divisão de Contratos da UFTM, conforme cláusula de vigência, até o encerramento 12 meses iniciais, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 meses, conforme Lei 8.666/1993.
- 14.18 Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços deste Contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE;
- 14.19 Apresentar Nota Fiscal correspondente aos gastos com o serviço objeto deste Pregão, aos gestores do Contrato;
- 14.20 Prestar esclarecimentos à CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, independente de solicitação;
- 14.21 Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre os serviços prestados, bem como qualquer custo que venha a incidir sobre o serviço.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 15.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitado.

16. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

16.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

17. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

17.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/1993.

17.2 O representante da CONTRATANTE deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

17.3 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

17.4 A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/1993.

17.5 O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos § 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666/1993.

17.6 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666/1993.

17.7 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

17.8 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

17.9 Durante a execução do objeto, os fiscais técnicos deverão monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

17.10 O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados.

17.11 Em hipótese alguma será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

- 17.12 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 17.13 As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
- 17.14 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/1993.

18. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 18.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 18.2 Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 18.3 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 18.3.1 Atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa realizado ou estar realizando a execução do serviço, compatível em características com o grupo ofertado.
- 18.3.2 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- 18.3.3 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.
- 18.3.4 Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço (20% do valor total estimado do item), a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico- operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n.5/2017.
- 18.3.5 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n.5/2017.
- 18.4 Os critérios de aceitabilidade de preços serão:
- 18.4.1 Valores unitários conforme planilha de composição de preços.
- 18.4.2 O critério de julgamento da proposta é o menor preço unitário.
- 18.4.3 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no Edital.

19. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 19.1 Os proponentes deverão apresentar:
- 19.1.1 Atestado de Capacidade Técnica: mínimo de 01 (um), em papel timbrado da empresa emitente ou com o carimbo da mesma, indicando endereço e telefone da emitente,

expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que atestem aptidão para o desempenho da atividade, compatível em características com o objeto deste Termo de Referência.

- 19.1.2 Certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada ou Declaração de Sustentabilidade Ambiental: assinada pelo seu representante legal, em atendimento aos critérios de sustentabilidade ambiental, regulados pela IN/SRLTI/MPOG no 01, de 19 de janeiro de 2010.
- 19.1.3 Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial: conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 01 (um) ano, contado da data da sua apresentação.
- 19.1.4 Proposta de preços: com valores atualizados em conformidade com os lances eventualmente ofertados ou negociados pelo(a) Pregoeiro(a), contendo especificações detalhadas do objeto, quantidade e unidade, com indicação de marca (no que couber), prazo de validade/garantia, preços unitário e total.

20. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

- 20.1 O valor total estimado para a contratação do objeto é de **R\$ 13.320,00** (Treze mil, trezentos e vinte reais) conforme Anexo I deste Termo de Referência e tabela abaixo:

Subitem	Grupo	Média mensal	Valor médio estimado anual	Fonte orçamentária
1.1	Alunos dos cursos de graduação assistidos pela Assistência Estudantil	878	R\$ 2.528,64	PNAES
1.2	Demais alunos dos cursos de graduação	2938	R\$ 8.461,44	Orçamento geral de funcionamento destinado à PROENS
1.3	Alunos dos cursos técnicos do CEFORES	225	R\$ 648,00	SETEC
1.4	Estagiários de outras instituições de ensino no CEFORES	4	R\$ 11,52	SETEC
1.5	Estagiários de outras instituições de ensino na UFTM	30	R\$ 86,40	Orçamento geral de funcionamento destinado à PRORH
1.6	Alunos dos cursos de Pós-Graduação	550	R\$ 1.584,00	Orçamento geral de funcionamento destinado à PROPPG
		4625	R\$ 13.320,00	

Valor médio estimado por pessoa (média das cotações): R\$ 0,24

Cálculo: Média Mensal X R\$ 0,24 X 12 meses.

21. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

21.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Nº Solicitação	Centro de Controle Orçamentário	Valor Estimado	Ação	PTRES	Fonte de Recursos	Plano Interno
1	PROACE	2528,64	4002	214814	1000000000	MCONTG0102N
2	PROENS	8461,44	20RK	169502	1000000000	MCONTG01ENN
3	CEFORES	659,52	20RL	169500	1000000000	LCONTP01RLN
4	FUNCIONAMENTO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)	86,40	20RK	169502	1000000000	MCONTN01RKN
5	PROPPG	1584,00	20GK	169501	1000000000	OCONTO01PQN

22. DO REAJUSTE

22.1 Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

22.2 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo - exclusivamente para as obrigações. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

22.3 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

22.4 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

22.5 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

22.6 O reajuste será realizado por apostilamento.

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. A Licitante ou Contratada que não cumprir integralmente as obrigações assumidas, estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

23.1.1. Advertência;

23.1.2. Multas, as quais poderão ser aplicadas nos seguintes percentuais máximos:

23.1.2.1. moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias, sendo que após o trigésimo dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

23.1.2.2. moratória de 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, em caráter excepcional, a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

23.1.2.3. moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

23.1.2.3.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993;

23.1.2.4. compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, a depender do impacto causado à Administração, no caso de inexecução total do contrato; e

23.1.2.5. moratória ou compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor total adjudicado ou do contrato, a depender da gravidade da ocorrência e/ou impacto causado à Administração, para os casos não previstos anteriormente.

23.1.3. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

23.1.4. Ocorrências durante a etapa de seleção do fornecedor:

Nível de gravidade	Ocorrências	Sanções
I	1. Deixar de entregar documentação exigida no edital, para fins de aceitação / habilitação da proposta, por meio eletrônico, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado e aceito pelo setor competente.	Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 30 (trinta) dias.
	2. Não manter proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado e aceito pelo setor competente.	
	3. Não atender as diligências dentro do prazo estabelecido pela área contratante, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado e aceito pelo setor competente.	
	4. Não enviar/postar amostra dentro do prazo estabelecido no edital ou não enviar a amostra quando solicitada pelo pregoeiro, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado e aceito pelo setor competente.	
II	5. Não encaminhar a documentação original e/ou autenticada no	Impedimento de

	prazo estabelecido no edital após convocação do pregoeiro, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado e aceito pelo setor competente.	licitar e contratar com a União pelo prazo de 30 (trinta) dias.
III	6. Recusar-se injustificadamente, o licitante adjudicatário, a assinar a Ata de Registro de Preços ou firmar o instrumento de contrato dentro do prazo e condições estabelecidas.	Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 60 (sessenta) dias e/ou multa
IV	7. Fazer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.	Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e/ou multa.
	8. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público.	

23.1.5. Ocorrências durante a execução contratual:

Nível de gravidade	Ocorrências	Sanções
I	1. Atraso na apresentação de documentos relativos ao contrato.	Advertência e/ou multa.
	2. Atraso no prazo de entrega dos bens ou na prestação dos serviços.	
	3. Demora no envio de técnicos para instalação de equipamento ou treinamento, quando necessário.	
II	4. Falha na execução do contrato:	Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 3 (três) meses a 2 (dois) anos e multa.
	a) Não apresentação de documentos relativos ao contrato nos prazos previstos.	
	b) Deixar de apresentar a garantia contratual no prazo definido no contrato.	
	c) Não regularização no SICAF no prazo legalmente definido, para fins de pagamento e prorrogação de contrato.	
	d) Inexecução total do objeto.	
	e) Não realização dos serviços de garantia técnica de equipamentos.	
	f) Entrega parcial/incompleta dos bens ou em desconformidade com as especificações, marcas e os preços ofertados no processo de aquisição.	
	g) Não realizar o pagamento de GRU em contratos de concessão	

	onerosa de uso de área, por prazo superior a 30 (trinta) dias.	
	h) Outras falhas decorrentes da execução contratual, não elencadas nos itens anteriores, apuradas conforme previsto no item 23.2.	
III	5. Fraudar na execução do contrato	Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e/ou multa.

23.2. Todas as irregularidades, inclusive as não elencadas nos itens acima, deverão ser apuradas e sancionadas de acordo com os procedimentos estabelecidos na Norma Procedimental nº 50.03.017 - Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade, aprovada pela Portaria nº 163, de 12 de junho de 2023, da Reitoria da UFTM, e na legislação vigente, devendo ser observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

23.3. As penalidades dispostas neste Termo de Referência somente poderão ser aplicadas se respeitado o devido processo legal, o direito ao contraditório e à ampla defesa.

23.4. As sanções de advertência e impedimento de licitar e contratar com a União poderão ser aplicadas juntamente com a de multa.

Uberaba, 01 de setembro de 2023.

Responsáveis,

LUCIENY ALMOHALHA
Diretora Depto. Assistência Estudantil e Serviços à Comunidade

MARIA CLARA NANGI DOS SANTOS E SILVA
Diretora do Departamento de Serviços de Logística

CARLOS FRANCISCO DE MORAIS
Pró-Reitor de Assuntos Comunitários e Estudantis

ANEXO I

Cotações – Painei de Preços / Ministério da Economia

Seq.	Empresa	CNPJ	Valor unitário do item
1	SABEMI SEGURADORA SA	87163234000138	R\$ 0,09
2	MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDENCIA S/A	33608308000173	R\$ 0,15
3	SABEMI SEGURADORA SA	87163234000138	R\$ 0,15
4	SABEMI SEGURADORA SA	87163234000138	R\$ 0,16
5	MBM SEGURADORA SA	87883807000106	R\$ 0,38
6	MBM SEGURADORA SA	87883807000106	R\$ 0,49

Relatório gerado dia 11/07/2023 – fonte: paineldeprescos.planejamento.gov.br



MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



MÉDIA	MEDIANA	MENOR
R\$ 0,24	R\$ 0,16	R\$ 0,09

Quantidade total de registros: 6

Registros apresentados: 1 a 6

FILTROS APLICADOS

Código Material/Serviço	Ano da Compra	Órgão Superior	Esfera
906	2023	MINISTERIO DA EDUCACAO	Federal

RESULTADO 1

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00010/2023

Número do Item: 00001

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Contratação de seguro coletivo contra acidentes pessoais destinado à estudantes da FURG.

Quantidade Ofertada: 126.000

Valor Proposto Unitário: -

Valor Unitário do Item: R\$ 0,09

Código do CATMAT: 906

Descrição do Item: SEGURO / GARANTIA

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISPP

Marca:

Data do Resultado: 29/05/2023

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: SABEMI SEGURADORA SA

CNPJ/CPF: 87163234000138

Porte do Fornecedor: Outros

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 154042 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE

Órgão: FUNDACAO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE - RS

Órgão Superior: MINISTERIO DA EDUCACAO

RESULTADO 2

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00003/2023

Número do Item: 00001

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Registro de preços para Contratação de empresa especializada de prestação de serviços continuado de cobertura de seguro coletivo contra acidentes pessoais, morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente, despesas médicas e/ou hospitalares para os alunos de graduação e pós-graduação regularmente matriculados na UFCSPA conforme condições, quantidades e exigência estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Quantidade Ofertada: 42.000

Valor Proposto Unitário: R\$ 0,68

Valor Unitário do Item: R\$ 0,15

Código do CATMAT: 906

Descrição do Item: SEGURO / GARANTIA

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca:

Data do Resultado: 20/03/2023

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDENCIA S/A

CNPJ/CPF: 33608308000173

Porte do Fornecedor: Outros

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 154032 - UNIVERSIDADE FED. DE CIENCIAS DA SAUDE/RS

Órgão: FUNDAÇÃO FACULDADE FED.CIENCIAS MEDICAS POA

Órgão Superior: MINISTERIO DA EDUCACAO

RESULTADO 3

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00003/2023

Número do Item: 00001

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Contratação de Empresa Especializada para a Prestação de Serviço Comum Continuo de Seguro de Acidentes Pessoais Coletivos para estagiários de estágio obrigatório, alunos de outras instituições de ensino em estágio na UFRJ, e alunos de graduação da UFRJ em atividades acadêmicas didático-pedagógicas e técnico-científicas, de acordo com convênios firmados entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro e outros, nos quais a exigência de concessão do seguro seja de responsabilidade

Quantidade Ofertada: 60.000

Valor Proposto Unitário: R\$ 0,59

Valor Unitário do Item: R\$ 0,15

Código do CATMAT: 906

Descrição do Item: SEGURO / GARANTIA

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISPP

Marca:

Data do Resultado: 09/02/2023

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: SABEMI SEGURADORA SA

CNPJ/CPF: 87163234000138

Porte do Fornecedor: Outros

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 153115 - MEC-UFRJ-UNIVERSID.FED.DO RIO DE JANEIRO/RJ

Órgão: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Órgão Superior: MINISTERIO DA EDUCACAO

RESULTADO 4

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00001/2023

Número do Item: 00001

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro de vida contra acidentes pessoais, morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente, despesas médicas hospitalares para atender aos alunos em estágio obrigatório nos termos da Lei 11.788/2008, regularmente matriculados na Universidade Federal do Amazonas.

Quantidade Ofertada: 60.000

Valor Proposto Unitário: R\$ 4,25

Valor Unitário do Item: R\$ 0,16

Código do CATMAT: 906

Descrição do Item: SEGURO / GARANTIA

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca:

Data do Resultado: 02/02/2023

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: SABEMI SEGURADORA SA

CNPJ/CPF: 87163234000138

Porte do Fornecedor: Outros

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 154039 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS/AM

Órgão: FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

Órgão Superior: MINISTERIO DA EDUCACAO

RESULTADO 5

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00043/2022

Número do Item: 00001

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, do serviço de SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS COLETIVO para estagiários, sem franquias, com cobertura de morte acidental (MA), invalidez permanente total ou parcial por acidente (IPA) e Despesas médicas Hospitalares e Odontológicas (DMHO).

Quantidade Ofertada: 4.284

Valor Proposto Unitário: R\$ 3,37

Valor Unitário do Item: R\$ 0,38

Código do CATMAT: 906

Descrição do Item: SEGURO / GARANTIA

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISPP

Marca:

Data do Resultado: 05/01/2023

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: MBM SEGURADORA SA

CNPJ/CPF: 87883807000106

Porte do Fornecedor: Outros

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 158131 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TEC.DO TOCANTINS

Órgão: INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TEC.DO TOCANTINS

Órgão Superior: MINISTERIO DA EDUCACAO

RESULTADO 6

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00004/2023

Número do Item: 00001

Objeto da Compra: Contratação de serviços de apólice de seguros acidentes pessoais estagiários

Quantidade Ofertada: 120.000

Valor Proposto Unitário: -

Valor Unitário do Item: R\$ 0,49

Código do CATMAT: 906

Descrição do Item: SEGURO / GARANTIA

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Dispensa de Licitação

Forma de Compra: SISPP

Marca:

Data do Resultado: 13/03/2023

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: MBM SEGURADORA SA

CNPJ/CPF: 87883807000106

Porte do Fornecedor: Outros

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Órgão: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Órgão Superior: MINISTERIO DA EDUCACAO



Ministério da Educação
Universidade Federal do Triângulo Mineiro
 Av. Frei Paulino, nº 30, 2º andar - Bairro Abadia Uberaba/MG CEP 38025-180
 (34) 3700-6078 E-mail: licitacoes.dlc@uftm.edu.br

CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. ____/____ DE XXXXXXXXXXXXXXXX QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, AUTARQUIA FEDERAL VINCULADA AO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, E A EMPRESA.....

Processo nº 23085.013883/2022-44

Pregão Eletrônico n. 28/2023

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO**, Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Educação, com sede na Av. Frei Paulino, nº 30, Bairro Abadia, CEP: 38.025-180, na cidade de Uberaba-MG, inscrita no CNPJ sob o nº 25.437.484/0001-61, neste ato representada pelo(a) seu Pró-Reitor de Administração, Prof. Dr. Lauro Osiro, nomeado pela Portaria nº 593, de 19 de junho de 2023, da Reitoria da UFTM, publicada no DOU de 20 de junho de 2023, com delegação de competência do Reitor, por meio da Portaria Reitoria/UFTM nº 143, de 14 de dezembro de 2022, publicada no DOU de 16 de dezembro de 2022, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, na cidade de _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr(a). _____, já qualificado(a) conforme documentação apresentada nos autos, e tendo em vista o que consta no Processo nº **23085.013883/2022-44** em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017 e da Portaria MEC nº 243, de 12 de fevereiro de 2020, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico n.º 28/2023**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **Contratação de Empresa Especializada em Seguro de Acidentes Pessoais**, por meio de apólice coletiva para um total estimado de 4.625 alunos matriculados, estagiários, estagiando ou em atividades acadêmicas com risco aumentado, que serão prestados nas condições estabelecidas neste Termo de Contrato.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../....., podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1. Justificativa: considerando o Parecer nº 00009/2022/DECOR/CGU/AGU e o Parecer nº 00004/2022/CNMLC/CGU/AGU o gestor deve acautelar-se, também nas contratações públicas, quanto à observância das disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD). Sem prejuízo do atendimento às demais orientações lá constantes, **recomenda-se a supressão de números de documentos (e outros dados) pessoais de representantes de contratante e contratado nos artefatos da contratação**, em especial nos contratos." (Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação, 2023, p. 74).

2.1.2. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.3. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;

2.1.4. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e

2.1.5. A contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.

2.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1. O custo total estimado para execução deste Contrato é de R\$ (.....). Os valores unitários a serem praticados durante a execução do contrato são os indicados abaixo:

Item	Objeto	Quantidade	Unidade	Valor total estimado
1	Contratação de Empresa Especializada em Seguro de Acidentes Pessoais, por meio de apólice coletiva para um total estimado de 4.625 alunos matriculados, estagiários, estagiando ou em atividades acadêmicas com risco aumentado, no ano de 2023, com cobertura mínima de R\$10.000,00 (dez mil reais) nos casos de	1	Serviço	R\$

11/09/2023, 15:05SEI/UFTM - 1079832 - Contrato

	morte acidental, invalidez permanente total ou parcial e despesas médico hospitalares de R\$5.000,00 (cinco mil reais), em decorrência de acidentes.			
--	--	--	--	--

3.2. Planilha de Custos e formação de preços

Item	Grupo de alunos previstos	Média mensal por categoria dos grupos segurados	Valor unitário por segurado	Valor mensal estimado para segurados por categoria	Valor médio estimado anual
1.1	Alunos dos cursos de graduação assistidos pela Assistência Estudantil	878	R\$	R\$	R\$
1.2	Demais alunos dos cursos de graduação	2938	R\$	R\$	R\$
1.3	Alunos dos cursos técnicos do CEFORES	225	R\$	R\$	R\$
1.4	Estagiários de outras instituições de ensino no CEFORES	4	R\$	R\$	R\$
1.5	Estagiários de outras instituições de ensino na UFTM	30	R\$	R\$	R\$
1.6	Alunos dos cursos de Pós-Graduação	550	R\$	R\$	R\$
TOTALIS		4625		R\$	R\$

4. CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto deste contrato correrão no exercício de 2023/2024 através da seguinte Dotação Orçamentária da UFTM:

Nº Solicitação	Centro de Controle Orçamentário	Valor Estimado	Ação	PTRES	Fonte de Recursos	Plano interno
1	PROACE	2528,64	4002	214814	1000000000	MCONTG0102N
2	PROENS	8461,44	20RK	169502	1000000000	MCONTG01ENN
3	CEFORES	659,52	20RL	169502	1000000000	LCONTP01RLN
4	FUNCIONAMENTO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)	86,40	20RK	169502	1000000000	MCONTN01RKN
5	PROPPG	1584,00	20GK	169501	1000000000	OCONTO01PQN

4.2. Nos exercícios futuros, as despesas correrão à conta das dotações orçamentárias aprovadas para a mesma finalidade.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento dos serviços relativos a este Contrato será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, contados da apresentação da Nota Fiscal ao Setor Financeiro, emitida em moeda corrente, devidamente conferida e atestada pelo Gestor do Contrato designado, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente a ser indicada pela CONTRATADA em todas as notas fiscais.

5.2. O atestado será expedido pelo Gestor do Contrato, que somente o fará após a constatação do cumprimento das condições estabelecidas no Contrato, bem como se for o caso, informar à Divisão de Contratos da UFTM, as ocorrências para aplicação das sanções previstas neste instrumento.

5.3. Caso o serviço seja recusado, ou a correspondente Nota Fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização do serviço, ou do documento fiscal, a depender do evento.

5.4. A nota fiscal de prestador de serviço estabelecido fora do Município de Uberaba deverá estar acompanhada do respectivo RANFS- Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço, cabendo à CONTRATANTE acessar o site do Município de Uberaba para conferir todos os dados registrados pelo prestador de serviço no RANFS com os dados da nota fiscal de origem, devendo aceitá-lo ou rejeitá-lo.

5.5. Cabe ao prestador de serviço sediado fora deste Município realizar as devidas correções quando o RANFS for rejeitado pela CONTRATANTE, submetendo a versão corrigida para nova aprovação.

5.6. Demais condições referentes ao pagamento encontram-se definidas no item 17 do Edital.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

- 6.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 6.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e após um ano contado da data limite para a apresentação da proposta, o preço contratado será corrigido anualmente, aplicando-se o IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.
- 6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 6.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 6.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 6.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de Termo Aditivo.
- 6.6. O reajuste será realizado por Termo de Apostilamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO E DA ACEITAÇÃO DO SERVIÇO

- 7.1. Caberá à CONTRATANTE, no curso da execução dos serviços e em sua entrega, fiscalizar o cumprimento da execução do objeto, conforme as especificações exigidas, com vistas ao recebimento a contento do objeto deste Contrato, sem prejuízo da fiscalização exercida pela CONTRATADA.
- 7.2. A fiscalização exercida pela CONTRATANTE estará a cargo de servidores indicados pela área demandante, exercendo as funções de gestor titular e substituto, designados para acompanhar os serviços objeto deste Contrato, nos termos do art. 67 da Lei n. 8.666/93, bem como realizar as medições de suas parcelas/etapas e atestá-las para liberação de pagamentos.
- 7.3. A CONTRATANTE comunicará à CONTRATADA, por escrito, as deficiências porventura verificadas na execução do contrato, para imediata correção, sem prejuízo das penalidades cabíveis ao caso.
- 7.4. Demais condições referentes à fiscalização encontram-se definidas no item 17 do Termo de Referência, anexo 6 do Edital

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1. Informar à CONTRATADA, por escrito, relação contendo os nomes dos alunos a serem segurados, bem como as respectivas datas de nascimentos e CPF dos mesmos;
- 8.2. Informar mensalmente, por meio dos setores competentes, as relações das vidas a serem seguradas;
- 8.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA com relação ao objeto deste Contrato;
- 8.4. Comunicar à CONTRATADA a ocorrência de qualquer acidente, por meio dos fiscais técnicos de cada grupo, caso a comunicação não tenha sido feita por meio do próprio segurado ou de representante legal, tão logo dele tome conhecimento oficial, providenciando ainda, a documentação comprobatória do sinistro;
- 8.5. Assegurar-se da boa prestação e da boa qualidade dos serviços prestados;
- 8.6. Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento do serviço desejado;
- 8.7. Assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado de acordo com a legislação vigente, de forma a garantir que continuem como sendo os mais vantajosos para a CONTRATANTE;
- 8.8. Fiscalizar, com os servidores designados pela UFTM para cada um dos grupos/categorias, o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, inclusive quanto a não interrupção dos serviços prestados, os quais registrarão todas as ocorrências em relatório, cujas cópias serão encaminhadas à CONTRATADA, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas;
- 8.9. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados;
- 8.10. Conferir e atestar as Notas Fiscais referentes à execução do serviço objeto do Contrato;
- 8.11. Comunicar à CONTRATADA, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da apresentação da fatura pela CONTRATADA, quando os valores registrados não corresponderem aos serviços efetivamente prestados.
- 8.12. Rejeitar os serviços executados, se em desacordo com os termos deste Edital.

9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1. Expedir a apólice coletiva de seguro, para cada um dos grupos previstos, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da data de recebimento da relação dos nomes dos alunos a serem segurados, com as respectivas datas de nascimentos, CPF e sexo dos mesmos;
- 9.2. Aceitar, durante a vigência do contrato, exclusões de alunos segurados, bem como inclusões de novos alunos, conforme necessidade da UFTM;
- 9.3. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a contratação;
- 9.4. Comunicar à CONTRATANTE qualquer irregularidade ocorrida o mais breve possível;
- 9.5. Indicar à CONTRATANTE, o nome de seu preposto ou empregado para manter a comunicação junto ao gestor do contrato;
- 9.6. Garantir ao segurado o pagamento do prêmio contratado, caso venha a ocorrer qualquer das situações previstas no Termo de Referência; anexo 6 do Edital.
- 9.7. Dispor 24 (vinte e quatro) horas por dia e 07 (sete) dias da semana o serviço de atendimento a solicitações da CONTRATANTE, que se dará através de número telefônico e e-mail informado pela CONTRATADA;
- 9.8. Obedecer às normas que regem a prestação de serviços de seguro, em especial, aquelas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

- 9.9. Emitir documento (apólice) que contenha os dados do seguro, coberturas, valores contratados importâncias seguradas, vigência do seguro, relação de segurados, condições gerais e particulares que o identifiquem;
- 9.10. Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários e aqueles decorrentes de acidentes de trabalho de seus empregados, no desempenho de seus serviços ou em conexão com eles, não existindo entre a CONTRATANTE e aquele qualquer vínculo empregatício, sob qualquer hipótese;
- 9.11. Não transferir a outrem, total ou parcialmente, o objeto do presente contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;
- 9.12. Pagar o prêmio, em caso de sinistro, aos alunos dentro do prazo não ser superior a 20 (vinte) dias corridos, a contar da apresentação da documentação total necessária para o registro da ocorrência do sinistro;
- 9.13. Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados, providenciada imediata correção das falhas ou irregularidades apontadas pela CONTRATADA;
- 9.14. Manter pessoal qualificado de sobreaviso para sanar qualquer problema na prestação do serviço pela CONTRATANTE;
- 9.15. Iniciar a prestação efetiva do serviço (perfeito funcionamento do serviço), a partir do prazo estipulado pela Divisão de Contratos da UFTM, conforme cláusula de vigência, até o encerramento 12 meses iniciais, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 meses, conforme Lei 8.666/1993.
- 9.16. Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços deste Contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE;
- 9.17. Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a Terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços;
- 9.18. Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, bem como, ainda, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação trabalhista;
- 9.19. Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, bem como, ainda, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas pela Legislação vigente.
- 9.20. Entregar os materiais/ equipamentos objeto do presente Contrato, dentro do prazo constante da proposta, nas quantidades e especificações contidas no item 3.1, de acordo com a marca do produto ofertado (no que couber), no local indicado no subitem XX deste Contrato.
- 9.21. Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os produtos vendidos, bem como eventual custo de frete na entrega.
- 9.22. Atender prontamente o representante da CONTRATANTE com vistas às substituições de materiais/ equipamentos que tenham sido recusados pela Administração.
- 9.23. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas à licitação, conforme disposto no Art. 55, inciso XIII da Lei Federal nº 8.666/93.

10. CLÁUSULA DEZ – DEMAIS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 10.1. A fatura deverá ser apresentada aos fiscais técnicos de cada grupo, por e-mail, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de referência do seguro, conforme abaixo:

Item	Grupo	Setor Responsável	E-mail
1	Alunos dos cursos de graduação assistidos pela Assistência Estudantil	Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PROACE)	daesc.proace@uftm.edu.br
2	Demais alunos dos cursos de graduação	Pró-Reitoria de Ensino (PROENS)	estagios.proens@uftm.edu.br
3	Alunos dos cursos técnicos do CEFORES	Centro de Educação Profissional (CEFORES)	seguro.cefores@uftm.edu.br
4	Estagiários de outras instituições de ensino no CEFORES		
5	Estagiários de outras instituições de ensino na UFTM	Pró-Reitoria de Recursos Humanos (PRORH)	movimentacao.prorh@uftm.edu.br
6	Alunos dos cursos de Pós-Graduação	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação (PROPPG)	sec.proppg@uftm.edu.br

- 10.2. Os demais critérios de execução do objeto estão dispostos no Termo de Referência anexo 6 do Edital.

11. CLÁUSULA ONZE – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1. O CONTRATADO que não cumprir integralmente as obrigações assumidas, estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 11.1.1. **Advertência;**
- 11.1.2. **Multas**, as quais poderão ser aplicadas nos seguintes percentuais:

11.1.2.1. moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias, sendo que após o trigésimo dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

11.1.2.2. moratória de 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, em caráter excepcional, a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

11.1.2.3. moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.2.4. compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, a depender do impacto causado à Administração, no caso de inexecução total do contrato; e.

11.1.2.5. moratória ou compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor total adjudicado ou do contrato, a depender da gravidade da ocorrência e/ou impacto causado à Administração, para os casos não previstos anteriormente.

11.1.3. **Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF**, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

11.2. Ocorrências durante a execução contratual:

Nível de gravidade	Ocorrências	Sanções
I	1. Atraso na apresentação de documentos relativos ao contrato.	Advertência e/ou multa.
	2. Atraso no prazo de entrega dos bens ou na prestação dos serviços.	
	3. Demora no envio de técnicos para instalação de equipamento ou treinamento, quando necessário.	
II	4. Falha na execução do contrato:	Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 3 (três) meses a 2 (dois) anos e/ou multa.
	a. Não apresentação de documentos relativos ao contrato nos prazos previstos.	
	b. Deixar de apresentar a garantia contratual no prazo definido no contrato.	
	c. Não regularização no SICAF no prazo legalmente definido, para fins de pagamento e prorrogação de contrato.	
	d. Inexecução total do objeto.	
	e. Não realização dos serviços de garantia técnica de equipamentos.	
	f. Entrega parcial/incompleta dos bens ou em desconformidade com as especificações, marcas e os preços ofertados no processo de aquisição.	
	g. Não realizar o pagamento de GRU em contratos de concessão onerosa de uso de área, por prazo superior a 30 (trinta) dias.	
	h. Outras falhas decorrentes da execução contratual, não elencadas nos itens anteriores, apuradas conforme previsto no item 11.3.	
III	5. Fraudar na execução do contrato.	Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e/ou multa

11.3. Todas as irregularidades, inclusive as não elencadas nos itens acima, serão apuradas e sancionadas de acordo com os procedimentos estabelecidos na Norma Procedimental da UFTM nº 50.03.017 - Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade, e na legislação vigente, devendo ser observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

11.4. As penalidades dispostas neste Contrato somente poderão ser aplicadas se respeitado o devido processo legal, o direito ao contraditório e à ampla defesa.

12. **CLÁUSULA DOZE – DA RESCISÃO**

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A rescisão do contrato poderá ser:

12.5.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993;

12.5.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

12.5.3. Judicial, nos termos da legislação.

13. **CLÁUSULA TREZE – DAS VEDAÇÕES E PERMISSÕES:**

13.1. É vedado à CONTRATADA:

13.1.1. A cessão ou transferência total ou parcial de quaisquer direitos e/ou obrigações inerentes ao presente Contrato, por quaisquer das partes, sem prévia e expressa autorização da outra.

13.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13.2. É permitido à CONTRATADA:

13.2.1. Caucionar ou utilizar este Contrato Administrativo para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

13.2.2. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

13.2.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado a cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

14. **CLÁUSULA QUATORZE – DAS ALTERAÇÕES**

14.1. Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, sempre por intermédio de Termo Aditivo.

15. **CLÁUSULA QUINZE – DOS CASOS OMISSOS**

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. **CLÁUSULA DEZESSEIS - DA GARANTIA**

16.1. Não será exigido a prestação de garantia na execução deste contrato, conforme Norma Procedimental UFTM 50-03-2019.

17. **CLÁUSULA DEZESSETE – DA PUBLICAÇÃO**

17.1. Este Contrato será publicado, por extrato, no Diário Oficial da União, de conformidade com o parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666/93, sendo que as despesas correrão à conta da CONTRATANTE.

18. **CLÁUSULA DEZOITO – DO FORO**

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Uberaba-MG, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste Instrumento, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, assim, por se acharem justas e contratadas, assinam as partes este Instrumento perante as testemunhas abaixo.

Uberaba-MG, ____ de _____ de ____.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO

PROF. DR. LAURO OSIRO
Pró-Reitor de Administração da UFTM

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:
NOME: XXX
CARGO OU FUNÇÃO: XXX

NOME: XXX
CARGO OU FUNÇÃO: XXX